LUMEN ET VIRTUS
ISSN: 2177-2789

A CARTOGRAFIA COMO PRÁTICA EPISTÊMICA INDISCIPLINAR: UM MÉTODO DE INVESTIGAÇÃO SOBRE INTENSIDADES QUE SE MOBILIZAM PARA ALÉM DAS FRONTEIRAS HEGEMÔNICAS

https://doi.org/10.56238/levv15n42-064

Data de submissão: 25/10/2024 **Data de publicação:** 25/11/2024

José Roberto Silva de Oliveira
E-mail: roberto.oliveira@ifba.edu.br

Suely Aldir Messeder
E-mail: suelymesseder@gmail.com

RESUMO

Este artigo pretende apresentar formas alternativas desenvolvidas por algumas áreas do conhecimento que utilizam a cartografia como um método de investigação de processo de construção de conhecimento, em oposição aos regimes epistêmicos hegemônicos. Em sua primeira parte, nos ocuparemos desse objetivo; na segunda, faremos algumas relações com nossa prática de pesquisa. Por fim, serão apresentadas as considerações gerais sobre esse método e suas contribuições para práticas epistêmicas indisciplinares. Para tanto, focaremos não nos modelos ortodoxos de produção de cartografia, mas nas formas alternativas propostas pelas seguintes áreas: a Cartografia Crítica, a Psicologia, a Sociologia e a Filosofia.

Palavras-chave: Metodologia. Cartografia. Ciências Humanas. Saberfazer. Domínio Cognitivo.

1 INTRODUÇÃO

Apesar de combinar vertentes das ciências naturais e das ciências sociais, a cartografia é uma prática epistêmica genuinamente política: ela extrapola as concepções técnicas de circunscrição do espaço com todas as suas contextualizações materiais, para atender aos interesses do Estado, por meio das precisões dos domínios, das delimitações de fronteiras, dos indícios naturais e traços simbólicos deixados por seus agentes. No entanto, esse caráter político parecia ser ofuscado pela força científica, talvez, pela própria intencionalidade de seus controladores – políticos especialistas – em querer vincular a cartografia mais à precisão da ciência que aos instáveis movimentos do poder. Todavia, ainda nas últimas décadas do século XX, os domínios epistêmicos da cartografia foram ampliados, devido à utilização de outros contributos advindos de várias disciplinas e saberes. Com isso, os vínculos políticos ganharam mais evidência, possibilitando análises diferenciadas dentro da própria Geografia e de outras áreas do conhecimento, tais como a Filosofia e as Ciências Humanas (HARLEY, 1990a).

Este artigo pretende apresentar formas alternativas desenvolvidas por algumas áreas do conhecimento que utilizam a cartografia como um método de investigação de processo de construção de conhecimento, em oposição aos regimes epistêmicos hegemônicos. Em sua primeira parte, nos ocuparemos desse objetivo; na segunda, faremos algumas relações com nossa prática de pesquisa. Por fim, serão apresentadas as considerações gerais sobre esse método e suas contribuições para práticas epistêmicas indisciplinares. Para tanto, focaremos não nos modelos ortodoxos de produção de cartografia, mas em formas alternativas. Seremos guiados por pensadores(as) cuja produção de conhecimento tem influenciado a Cartografia Crítica (CRAMPTON; KRYGIER, 2008; WOOD; KRYGIER, 2009), a Psicologia (ROLNIK, 2016; GUATTARI; ROLNIK, 1992; PASSOS, KASTRUP, ESCÓSSIA, 2015), a Sociologia (SANTOS, 2011) e a Filosofia (DELEUZE; GUATTARI, 2011, 1992).

Partiremos dos seguintes direcionamentos do método cartográfico: o primeiro, refere-se a sua prática; o segundo, a seu comprometimento político. A cartografia é um método de investigação que descreve processos e as circunstâncias que os viabilizam, até atingir o acontecimento como singularização: como as coisas devêm o que são, onde e quando elas acontecem; como elas se entrelaçam em seus processos de *devir*, que podem revelar pontos moleculares (singularidades rizomáticas) ou territórios molares (as estratificações hegemônicas) (GUATARRI; ROLNIK, 1992). Sua abordagem é marcada pela recusa em se integrar no processo produtivo e cultural dominante, seja qual for a sua tendência: político-econômica – capitalista ou socialista, de direita ou de esquerda –, epistemológica – científica, filosófica, artística ou religiosa –, e geoespacial – globalização e cibercultura. Tais direcionamentos nos conduzirão a trilhas inacabadas e a novas clareiras do conhecimento.

2 AS TRILHAS E CLAREIRAS CARTOGRÁFICAS: CRÍTICA, SUBJETIVA, SIMBÓLICA DO DIREITO E RIZOMÁTICA

Embora, segundo Deleuze e Guattari (2011), a cartografia seja o procedimento metodológico operacional da vida, antes de ser apropriado por qualquer área do conhecimento, há que se reconhecer a estreita relação de sua origem epistêmica com a disciplina da Cartografia e da Geografia. Em consideração a essa proximidade, iniciaremos nossas reflexões pela abordagem da cartografia crítica originada no campo das referidas disciplinas. Mesmo nascendo onde o controle dos mapeamentos e o sentido formal da representação são dominantes, a cartografia crítica evidencia e aborda formas "clandestinas" de se produzir mapeamentos. Crampton e Krygier (2008, p. 85) veem dois acontecimentos golpearem a cartografia – o "[...] conjunto amplo de práticas imaginativas de mapeamento e uma crítica ressaltando a política do mapeamento [...]". Eles os apresentam como movimentos de insurreição, responsáveis pela indisciplina da cartografia clássica.

Essa nova forma de mapear evidencia que além das condições de representações simbólicas do conhecimento historicamente conhecidas, outras se revelam sob novos contextos. Ela traz o caráter político, crítico e de democratização tecnológica na produção do conhecimento espacial (CRAMPTON, 2002; OLSSON, 2002). Com isso, tem-se tanto a proximidade do espaço com o poder e o conhecimento quanto sua interdependência tecnológica, que não se encontra mais presa aos sistemas de informação geográfica (SIG), mas estendeu-se a outras dimensões.

Tal como a crítica filosófica, a cartografia crítica dá ênfase às condições históricas e desvela uma política do conhecimento que examina suas estruturas e sua relação com o poder, (CRAMPTON; KRYGIER, 2008), para resistir, desafiar e, talvez, descartar suas categorias ortodoxas de pensamento. Nesse sentido, a ação de um mapeamento crítico deve ir além da descrição de disposição dos objetos em determinado ponto geográfico; ela deve ser uma forma de questionamento sobre os procedimentos teóricos e corporais que "[...] codificam objetos e produzem identidades" (PICKLES, 2004, p. 12): o olhar, como um dispositivo epistêmico, ganha muito mais sentido. Então, os mapeamentos não só geram informações, mas se revelam como um meio que contribui para a construção do conhecimento e a promoção de transformações sociais, ou seja, torna-se um projeto de política de conhecimento.

Em princípio, o mapa deve disponibilizar informações significativas, que permitam a compreensão espaço-geográfica. Ele se define como uma ferramenta de comunicação. Por ser uma plataforma simbólica de comunicação, o mapa pode estar sujeito a outras capacidades performativas que ampliam ainda mais o seu ato de transcender (representar) a materialidade (o lugar, o território, o ponto). Com isso, ele se transforma em um espaço da subjetividade. Tais experiências asseguram à cartografia o seu caráter transdisciplinar, mas, ao mesmo tempo, a conduz para além da disciplina, isto é, para uma indisciplina. Crampton e Krygier (2008) apresentam vários exemplos de práticas que distanciam a cartografia crítica de suas origens.

Segundo os autores, a cartografia parte do seu campo original e vai em direção a outras áreas, tais como a arte e a filosofia: encontra-se presente no movimento de vanguarda de Braque e Cezanne, ou nas produções contemporâneas de Malene Rrdam, Anna Mara Bogadittir e Lee Walton; ela se insere no campo da filosofia com a insurreição de conhecimentos tais como produziram Foucault (1998); Deleuze e Guattari (1992; 2011), atingindo até a sua própria área de conhecimento, ao estabelecer-se como um instrumento político ou um dispositivo de transgressão – o mapeamento livre ou "hackeamento de mapas", para se transformar em uma indisciplina, enfim libertada dos limites acadêmicos, para ser acessada por movimentos populares do mapeamento livre:

> "Mas, se o "espetáculo" era foco para alguns, outros direcionaram as próprias ferramentas de distribuição em massa para outros usos, trazendo tecnologias de mapeamento mais diretamente para a população. Ao fazê-lo, eles cruzaram novamente os caminhos disciplinares da expertise e do controle acadêmicos: uma "cartografia popular". Dentre as práticas significativas está o mapeamento livre [open-source], chamado por alguns também de "hackeamento de mapas" (Erle et al. 2005). Hackeamento de mapas é a prática de explorar aplicações de mapeamento livre ou combinações da funcionalidade de um sitecom a de outro (conhecida às vezes como mashups). Essas explorações são possíveis devido à linguagem XML e interfaces de applications programming (API) [...]" (CRAMPTON; KRYGIER, 2008, p. 93).

Com o papel dos mapas recebendo mais ênfase em suas estratégias que em sua forma e com as contribuições das tecnologias da informação e da computação ampliando as tecnologias de mapeamento, entraram, em um só tempo, no espaço formal da cartografia e da geografia tanto povos e comunidades tradicionais, com suas práticas originárias de mapeamento, quanto grupos sociais distantes do pensamento ortodoxo, mas com habilidades capazes de lidar com o espaço e os elementos de agenciamentos que o compõem. Com isso, todos eles passaram a ressaltar o modo alternativo de mapeamento livre, isto é, um conhecimento que não se enquadra "[...] em um corpo de conhecimento com aspirações científicas [...]" (Idem, 2008, p. 95), mas que é responsável pela configuração de novos mundos e novas sociedades (ROLNIK, 2016).

Segundo Crampton e Krygier (2008, p. 103), o cartógrafo deve explorar a práxis de cinco "arenas" do conhecimento, que podem ampliar ainda mais as fronteiras da cartografia crítica, são elas: os artistas de mapas e sua ética de experimentação (WOOD, 2006; KANARINKA, 2006); os mapeamentos correntes com seu estilo criativo de revelar "[...] o papel do espaço na vida das pessoas [...]"; os mapas como resistências e sua capacidade de evidenciar lugares invisíveis nos espaços das agências oficiais do Estado; o hackeamento de mapas e sua capacidade renovadora de liberação de acesso; e, por fim, a crítica teórica da cartografia, que problematiza os pressupostos e temporaliza historicamente os fenômenos espaciais percebidos.

Passemos agora à relação da Psicologia com a cartografia. Ela foi estreitada pela noção de subjetividade e as implicações de novas interpretações relativas a essa noção, mas, por outra perspectiva – aquela que mobiliza intensidades do sujeito em busca de outras formas de afirmação.

Após a consolidação do sujeito moderno, entre os séculos XVII e XIX, a necessidade de inquirir sobre as condições de possiblidade do sujeito produzir conhecimento, sobre seu posicionamento no espaço prático-epistêmico e a garantia da adequação entre verdade e realidade, sobre sua condição como uma entidade dada, que, ao mesmo tempo, sustenta todo o mundo (objeto de conhecimento) e o seu domínio cognitivo, transformou-se em prerrogativa de pesquisa sobre a natureza humana.

Embora seja inicialmente objeto de estudo da Filosofia, área que iremos nos ocupar em breve, a noção de subjetividade ganhou novas fundamentações com a psicologia (FREITAS, 2008; SCHULTZ, 2015) e com a psicanálise (GRENNBERG, 1983). Todavia, com as críticas nascidas a partir das publicações de *O Anti-Édipo: Capitalismo e Esquizofrenia* e de *Mil Platôs*, de Gilles Deleuze e Félix Guattari (1992; 2011), o debate sobre esse objeto assume novos rumos, ampliando-se para além do campo das Ciências Humanas e da consciência. Doravante, ele assume um perfil de protesto – o protesto do inconsciente (GUATTARI; ROLNIK, 1996).

Nesse perfil protestante do inconsciente, o desejo adota a primazia da ação e com ele se tem a desmontagem de uma subjetividade composta por formas segmentadas muito mais próximas das relações do sistema capitalista que de um sujeito transcendental fundamentado por sua principal faculdade cognitiva – o intelecto. São novas tentativas de subjetivação que desembocam nas singularizações; são alternativas práticas; são agenciamentos; são, diria Deleuze (1985, p. 9), os inconscientes que protestam, em busca da afirmação de sua existência:

> Dirigimo-nos aos inconscientes que protestam. Procuramos aliados. Precisamos de aliados. E temos a impressão de que esses aliados já existem, de que não esperaram por nós, de que há muita gente que está farta, que pensa, sente e trabalha em direções análogas: nada a ver com moda, mas com um "ar do tempo" mais profundo, no qual se fazem investigações convergentes em domínios muito diversos.

E, de fato, surgiram aliados em diversas regiões. No Brasil, por exemplo, além dos movimentos políticos e culturais, que agitavam as estratificações territoriais hegemônicas, eles se manifestaram por entre os espaços acadêmicos e sociais – Fórum Social Mundial de Porto Alegre, Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Sergipe, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Departamento de Medicina Preventiva da Universidade de Campinas, Universidade Federal Fluminense e Universidade Federal do Rio de Janeiro, com o grupo de pesquisa *Cognição e Subjetividade* (cf. PASSOS; KASTRUP; ESCÓSSIA, 2015). Além do debate sobre cognição, subjetividade e representação, esses novos produtores anti-consciência debruçaram-se sobre a "cartografia como um problema metodológico", sugerindo que a relação cognoscente (sujeito e objeto) fosse guiada por esse trajeto em formação.

A noção de *processo*, inerente ao método cartográfico, é exatamente aquilo que se buscou colocar como seu principal objeto de investigação no campo da subjetividade. Diferente do método ortodoxo, que já toma alguns elementos da cognição como acabados, por já serem o fundamento da

relação e a condição de representação, os pesquisadores que assumiram o método cartográfico partem do princípio de que o *devir* é o fundamento da relação cognoscente (FONSECA; KRIST, 2003). Assim, com o abandono das causas primeiras ou de qualquer fundamento que dê garantia à existência dos seres, a própria existência (de si, dos objetos cognitivos e das coisas reais) assume tensões e contradições das forças vitais, sempre em constante processo de (re)construção.

A ênfase nas forças vitais que as obras de Nietzsche e Freud inauguram e que foi retomada, à sua maneira, por Deleuze e Guattari (1992; 2011), também se revelam nos trabalhos dos biólogos Humberto Maturana e Francisco Varela (2001; 2014; 2014a,). Eles buscaram realizar uma descrição da organização circular dos seres vivos, evidenciando a intrínseca relação entre *viver* e *conhecer*; entre *ser* e *estar no mundo*. Eles evidenciam que a vida é uma produção marcada por mudanças estruturais do organismo e do meio, isto é, por uma história, por meio da qual se figura a *autopoiese* dos seres:

> [...] fazer surgir um mundo é a dimensão palpitante do conhecimento e está associado às raízes mais fundas de nosso ser cognitivo, por mais sólida que seja a nossa experiência. E, pelo fato de essas raízes se estenderem até a própria base biológica [...] esse fazer surgir se manifesta em **todas** as nossas ações e em todo o nosso ser. Não há dúvida de que ele se manifesta em todas as ações da vida social humana nas quais costumam ser evidente, como no caso dos valores e das preferências. Não há descontinuidade entre o social, o humano e suas raízes biológicas. O fenômeno do conhecer é um todo integrado e está fundamentado da mesma forma em todos os seus âmbitos" (MATURANA; VARELA, 2001, p. 33. Grifo dos autores).

No entanto, se, de acordo com a biologia do conhecer (*autopoiese*), há uma congruência necessária na mudança estrutural de organismo e meio, marcando a história da ontogenia do ser vivo, do ponto de vista da *autopoiese* subjetiva, faz-se necessário abrir o espaço para as interações recorrentes, isto é, o espaço onde o desejo se instala e gera suas produções. Embora se trate de um ambiente intermediário, presente no grande território onde a vida se compõe e recompõe; apesar de suas estreitas limitações, o espaço do desejo gera tamanha multiplicidade que obrigará cartógrafos e cartógrafas encontrarem novos meios de descrição de seus fenômenos.

No primeiro momento, as produções subjetivas cartografadas são provenientes dos modos de produção capitalísticos. Guattari e Rolnik (1996) indiciam a individuação como sua principal característica, visando preparar o terreno para se atingir a etapa mais significativa, posto ser a sua oposição – os "modos de subjetivação singulares" ou as singularizações. Para esses dois cartógrafos, as "subjetividades individuadas" podem ser encontradas em todos os níveis de atuação do indivíduo, de forma padronizada e sistematicamente hierarquizada – por meio de seus valores, suas práticas e suas formas de submissão. A individuação é, portanto, o principal foco da produção de subjetividades capitalísticas, cujo objetivo é a padronização da subjetividade social:

> Não somente uma produção da subjetividade individuada – subjetividade dos indivíduos – mas uma produção de subjetividade social, uma produção da subjetividade que se pode encontrar em todos os níveis da produção e do consumo. E mais ainda: uma produção da subjetividade

> inconsciente. A meu ver, essa grande fábrica, essa grande máquina capitalística produz inclusive aquilo que acontece conosco quando sonhamos, quando devaneamos, quando fantasiamos, quando nos apaixonamos e assim por diante. Em todo caso, ela pretende garantir uma função hegemônica em todos esses campos. (GUATTARI; ROLNIK, 1996, 16)

Ora, cartografar os microdesejos e as micropolíticas implica em alcançar modos de subjetivação singulares, que fogem da individuação maquínica capitalista. Mas, como cartografar esse processo de singularização sem cair na armadilha da individuação? Como reconhecê-lo sendo, ao mesmo tempo, processos de singularização e de ruptura com as estratificações dominantes, não pelo fato de devir uma singularidade, mas pela capacidade de transformar-se em entidades de agenciamentos coletivos de enunciação?[1] Para evitar tais riscos, o primeiro passo do processo cartográfico é diferenciar a noção de indivíduo da noção de subjetividade (ou ao menos não mantê-las associadas por um vínculo determinista), reconhecendo na primeira os indícios da maquinização sequenciada e na segunda a possibilidade de circular por "[...] conjuntos sociais de diferentes tamanhos [...]" (GUATTARI; ROLNIK, 1996, 33), que podem ou não atender aos interesses das produções maquínicas ou das revoluções moleculares[2]. O segundo passo vai identificar e investigar processos de "autonomização" ou "minorização", a partir dos traços singulares de revolução molecular.

Tomemos como exemplo, três desses processos – o devir mulher, o devir negro e o devir homossexual. Inicialmente, essas individualidades subjetivas devem comungar das mesmas dimensões que enquadram o campo social, em que as outras subjetividades sociais também habitam, vivem e produzem história. A mulher, o negro e o homossexual devem existir como se sua existência não se diferenciasse da padronização estabelecida: assim deve-se sentir, respirar, locomover-se nos espaços socioantropológicos. Esse é o resultado subjetivo da conexão estabelecida entre "as máquinas de controle social" e as instâncias psíquicas humanas responsáveis pela percepção do mundo (cf. GUATTARI; ROLNIK, 1996, p. 27). Todavia, se o devir mulher, negro e homossexual assumir o processo de agenciamento coletivo ao invés de uma produção de subjetividade, ele poderá escapar dos mecanismos maquínicos de dominação hegemônica. A questão é saber como se efetiva esse processo de agenciamento coletivo?

Segundo Guattari e Rolnik (1996), a primeira ação de efetivação desse processo consiste em uma dupla busca de descentralização: de um lado, os agenciamentos descentram-se da padronização estabelecida, isto é, dos sistemas maquínicos dominantes; de outro, eles devem atuar para

[1] - Esse é o termo utilizado por Guattari e Rolnik (1996, p. 30-31), em oposição ao conceito de sujeito. Eis como eles apresentam o termo: "Ao invés de *sujeito*, de sujeito de enunciação ou das instâncias psíquicas de Freud, prefiro falar em *agenciamento coletivo de enunciação*. O agenciamento coletivo não corresponde nem a uma entidade individuada, nem a uma entidade social predeterminada."

[2] - "A subjetividade parece estar caracterizada de uma dupla maneira: de um lado o fato de ela habitar processos infrapessoais (a dimensão molecular) e, de outro, o fato de ela ser essencialmente agenciada a nível das concatenações de relações sociais, econômicas, maquínicas, de ela ser aberta a todas as determinações socioantropológicas, econômicas, etc." (GUATTARI; ROLNIK, 1996, p. 68).

distanciarem-se daquilo que pré-estabelece sua capacidade de sentir (ser afetado), de desejar, de representar e de valorar:

> Esses processos são duplamente descentrados. Implicam o funcionamento de máquinas de expressão que podem ser tanto de natureza extrapessoal, extra-individual (sistemas maquínicos, econômicos, sociais, tecnológicos, icônicos, ecológicos, etológicos, de mídia, enfim sistemas que não são mais imediatamente antropológicos), quanto de natureza infra-humana, infrapsíquica, infrapessoal (sistemas de representação, de sensibilidade, de afeto, de desejo, de representação, de imagens, de valor, modos de memorização e de produção ideica, sistemas de inibição e de automatismos, sistemas corporais, orgânicos, biológicos, fisiológicos, etc.) (GUATTARI; ROLNIK, 1996, p. 31).

O segundo passo consiste no ato de produção dos processos de singularização, ou seja, na capacidade de se expressar e de criar a partir de formas diferentes daquelas pré-estabelecidas pelo processo maquínico. Isso é possível, graças às novas maneiras de lidar com o coletivo e com o individual (o infrapessoal), tal como foi expresso acima. Mas essa transformação conduz ao próprio sentido de *singularização*. E aqui encontra-se o ponto essencial desse processo, pois sempre tendemos a pensar que o *devir* (vetor da singularização) revelará uma individualidade pessoal ou coletiva que irá opor-se ao coletivo social hegemônico, possibilitando, com isso, a emergência de uma sociedade feminina, negra ou homossexual, que irá ocupar o lugar da sociedade hegemônica.

Ao reconhecer que o processo de singularização se diferencia da individuação – responsável pela "reificação social da subjetividade" (GUATTARI; ROLNIK, 1996, p. 38) – admite-se que ele possui tipos singulares de referências práticas e teóricas. Contudo, tais tipos não se estratificam em coletividades singulares figuradas, por exemplo, na mulher, no negro ou no homossexual. Ao invés de identificá-los como novos estratos territorializados (o estrato mulher, o estrato negro, o estrato homossexual), deve-se pensá-los como rizomas que se interconectam a vários outros tipos de *devir* (determinações socioantropológicas) – tais como a literatura, a música e as práticas, enfim, as relações simbólicas e suas dimensões social, natural e transcendental[3].

O que interessa aqui não é a capacidade de estratificação com potencialidade para desestruturar o coletivo hegemônico a ponto e substituí-lo; mas a capacidade de resistir, criar e se transformar como singularidades autônomas. A partir do momento em que os grupos adquirem essa liberdade de viver seus processos, afirmam Guattari e Rolnik (1996, p. 46), "[...] eles passam a ter uma capacidade de ler sua própria situação e aquilo que se passa em torno deles. É essa capacidade que vai lhes dar um

[3] - "A ideia de 'devir' está ligada à possibilidade ou não de um processo de singularizar. Singularidades femininas, poéticas, homossexuais, negras etc., podem entrar em rupturas com as estratificações dominantes. Para mim, esta é a mola-mestra da problemática das minorias: é uma problemática da multiplicidade e da pluralidade, e não uma questão de identidade cultural, de retorno ao idêntico, de retorno ao arcaico [...] é o caso, por exemplo, do que há de mais vivo no *jazz*. Ele incorpora certos traços de singularidade dos *spirituals* negros para fazer uma música autêntica, que corresponde à nossa sensibilidade, nossos instrumentos e nossos modos de difusão, até que também essa música se choque contra o mudo do Estado. (GUATTARI; ROLNIK, 1996, p. 74).

mínimo de possibilidade de criação e permitir preservar exatamente esse caráter de autonomia tão importante".

Mas, deixemos a clareira da subjetividade, pois ainda deveremos transitar pela cartografia das representações sociais e pelas formas rizomáticas da Filosofia.

Na *Crítica da razão indolente*, Boaventura de Souza Santos (2011) apresenta alguns traços do método cartográfico nas pesquisas das representações sociais, focando naquelas figuradas pela ciência e pelo direito modernos, como elementos hegemônicos e centrais de percepção de mundo, em torno dos quais orbitam o verdadeiro e o inverossímil, o legítimo e o ilegítimo. A partir desse foco, o autor privilegia o espaço como a modalidade para pensar e agir, em meio à qual as temporalidades se instalam, pois cada uma dessas formas de tempo "[...] confere uma mentalidade própria às relações sociais que nele têm lugar. A sucessão de tempos é também uma sucessão de espaços que percorremos e nos percorrem, deixando em nós as marcas que deixamos neles" (SANTOS, 2011, p. 194). Todavia, neste estudo, focaremos apenas nas formas de representações sociais coexistentes no Direito.

Santos (2011) propõe que o Direito seja visto pela perspectiva cartográfica, por constituir-se como um conjunto de representações sociais composto por leis, normas, costumes e instituições jurídicas; logo, ele deve ser interpretado como uma "[...] distorção regulada de territórios sociais [...]". Pois, por um lado, o Direito institui exclusividade legal em uma sociedade, ao revogar a informalidade normativa, mas, por outro, deve conviver com as marcas desta informalidade, as quais permanecem na memória do coletivo social (cf. Idem, 2011, p. 198-199). Segundo o autor, o Direito aplica os três mecanismos de distorção da realidade próprios do mapa – a *escala*, a *projeção* e a *simbolização*.

Por ser o mecanismo de mediação da intencionalidade e do agir, a escala se aplica à ação social, quando essa é pensada a partir de uma pequena escala que deve atuar em toda a dimensão territorial. Portanto, sua principal função é garantir que o poder seja disseminado. Já a estratégia de representação espacial (a projeção), caracterizada por sua dupla capacidade de simplificar as dimensões do espaço e de seus objetos e de estabelecer certa distorção em seus atributos (ângulos, formas e direções), não deixa de ser influenciada pelo contexto sociocultural do cartógrafo. Por exemplo, no mapa simbólico de qualquer indivíduo há sempre um centro a ser posicionado como a referência principal, em torno da qual se instalam as periferias. Por fim, a simbolização, responsável pelo sentido da distorção cartográfica, exige a participação da comunidade convencional (aquela que detém a capacidade de ler os sinais icônicos e arbitrários) na interpretação da realidade representada.

No entanto, embora o Direito tenha se apropriado das formas jurídicas, a pluralidade jurídica pode ser reclamada como uma prerrogativa ancestral, afinal, os vestígios de normas e regras imemoriais, ainda que pouco considerados, encontram-se em todo o espaço das relações. Todavia, essa pluralidade se re-constrói a partir da mesma dinâmica social que responde pelas relações de produção e pelos movimentos socioculturais. Nesses termos, ela nunca é monopólio de uma classe nem se

concentra apenas no passado. Evidentemente, há sempre uma tensão presente na escala social: por um lado, a classe dominante quer a exclusividade das normas, visando "imunizar" as relações de produção – política, econômica, social e cultural –, por outro lado, surgem sempre formas não-jurídicas (informais) que, direta ou indiretamente, entram em choque com a representação jurídica institucional. Santos (2011) chama a atenção para as regras técnicas que representam o espaço sociojurídico das sociedades contemporâneas – a escala utilizada pode ocultar certa discrepância, ao pressupor a existência de uma única forma sociojurídica:

> Em boa verdade, só podemos comparar interesses sociais e graus de consciência de grupo dentro do mesmo espaço sociojurídico e, portanto, no interior da mesma forma de direito. A dificuldade de uma tal empresa reside que, como já deixei dito acima, a vida sociojurídica é constituída, na prática, por diferentes espaços jurídicos que operam simultaneamente e em escalas diferentes. A interação e a intersecção entre os diferentes espaços jurídicos são tão intensas que, ao nível da fenomenologia da vida sociojurídica, não se pode falar de direito e de legalidade, mas antes de *interdireito* e *interlegalidade* [...]" (SANTOS, 2011, p. 208-209).

A maneira como o direito projeta a realidade social pode ser detectada a partir dos objetos jurídicos, dos níveis de interesse dos atores envolvidos e dos conflitos que lhes são decorrentes. De certa forma, a percepção da projeção dependerá sempre de um amplo domínio, por parte do/da cartógrafo/a, sobre os elementos da escala e da simbolização, que lhe possibilitará acessá-los. É preciso detectar, portanto, qual "*super-fato*" determina a projeção adotada por uma ordem jurídica institucional (cf. SANTOS, 2011, p. 213).

A melhor maneira de detectá-lo é por meio de sua intensidade: quanto mais próximo do centro, mais intenso ele se manifesta; inversamente, quanto mais adentramos na periferia, menos detectamos sua intensidade. Aí, são encontrados novos tipos de centralidades e de intensidades, próprios dos atores envolvidos, pois "[...] as regiões periféricas são também aquelas em que é mais densa a interpenetração entre as várias formas de direito que convergem na regulação da ação social" (SANTOS, 2011, p. 214).

Ao evidenciar tanto os elementos da escala e da projeção quanto as formas como eles foram utilizados, a simbolização assume a complexidade da representação social. Exatamente por isso, o cartógrafo deve lançar mão de contributos importantes na busca da interpretação da realidade jurídica de determinado coletivo social. Do ponto de vista da simbolização jurídica ocidental, Santos (2011, p. 217-220) vai além dos contributos da semiótica, da retórica e da antropologia cultural, agregando elementos da literatura de duas importantes tradições – a grega, representada pela *Odisseia* de Homero, e a hebraica/helênica, retratada pela Bíblia. Segundo o autor, tais instrumentos literários carregam em si os dois tipos essenciais da representação jurídica da realidade ocidental.

O primeiro modelo jurídico em questão, o homérico, marca a tensão entre o fluxo contínuo da ação social e sua descontinuidade, ambos presentes nas celebrações contratuais ou em julgamentos de ações da culturas que lhes deram origem. Essa tensão conduz tal modelo a uma condição intensamente

dialética – a formalidade e abstração das regras que lidam com a ação social, dando origem à juridicidade instrumental. Quanto ao segundo modelo, ele é marcado por uma "juridicidade imagética", caracterizada pela "[...] preocupação em integrar as descontinuidades da interação social e jurídica nos contextos complexos em que ocorrem e em descrevê-las em termos figurativos e concretos através de sinais icônicos, emotivos e expressivos" (Idem, p. 2018). Vale notar que, se no primeiro modelo a tensão dialética pode ser reconhecida duplamente, ela tende a se aprofundar, quando se busca estabelecer uma interrelação dos respectivos modelos.

Todavia, esses estilos ocidentais foram afetados por uma tensão dialética ainda maior, quando buscaram submeter outros estilos de simbolização jurídica. Parte do tensionamento veio dos embates entre os modelos hegemônicos ocidentais e modelos, tão antigos quanto eles, já existentes nos domínios colonizados; outra parte, vem se originando das novas relações socioprodutivas e dos distanciamentos espaço-temporais, que emergem dos inúmeros tipos de dominação, das lutas pela liberdade e das novas ordens sociais periféricas, marcadas pela memória e pela contemporaneidade. No fundo, todas essas tensões asseguram a existência do pluralismo jurídico, isto é, de formas jurídicas sobrepostas, articuladas e interpretadas, que preenchem a porosidade das relações sociais, e da interlegalidade, ou seja, a dinâmica manifestação que emerge dos processos sociais, movidos por diferentes tipos de lutas coletivas.

Por fim, atingimos os procedimentos do modelo cartográfico da Filosofia, mas, já assentindo que eles não se originaram dela; são apenas manifestações da maneira como a filosofia os experimenta, os articula e expressa, reconhecendo os acontecimentos tal como se revelam nas outras disciplinas – como multiplicidades. A diferença é que, na Filosofia, as multiplicidades passaram a ser concebidas como uma *teoria*: ao invés de ser um dispositivo de distinção "[...] entre a consciência e o inconsciente, entre a natureza e a história, o corpo e a alma [...]". Como uma teoria, as multiplicidades garantem a separação do aglomerado e da unidade e são reconhecidas como a *realidade* de onde se originam "[...] as subjetivações, as totalizações e as unificações [...]" (DELEUZE; GUATTARI, 2011, p. 10).

Ao assumir a condição de uma teoria, as multiplicidades tiveram seus princípios característicos cartografados por Deleuze e Guattari (2011, p. 11), os quais consistem em: elementos (*singularidades*), relações (*devires*), acontecimentos (*hecceidades*), dimensões (*espaço-tempo*); modelo de realização (*rizoma*), plano de composição (*platôs*) e vetores (*territórios* e *desterritorialização*). Assim, por um lado, tais princípios formam os diversos planaltos que revelam a multiplicidade como substância (substantivo) e não como mera qualidade (adjetivo); e, por outro lado, esses princípios se manifestam como outras proposições da Filosofia – as linhas de fuga que abandonam as segmentaridades territoriais, responsáveis pelos sistemas e pela organicidade, na tentativa de evidenciar as intensidades (conexões rizomáticas) e os agenciamentos (produções inorgânicas).

Mas essa reviravolta exige uma explanação mais minuciosa e acreditamos que a melhor maneira de realizá-la seria partir dos conceitos. Ao assumimos este ponto de deslocamento, estamos em consonância com Deleuze e Guattari (1992), sobre o fato de a Filosofia ser uma área do conhecimento que lida diretamente com conceitos. E muitos deles foram criados ou revisitados em *mil platôs* (2011) com a intenção de exprimir e dar sentido a cada uma das linhas de fuga abertas ou que ainda estão por vir. Alguns já foram referenciados acima; outros vão assumindo sua configuração, na medida em que são percebidos por novos cartógrafos em meio aos planaltos.

Contudo, por que, ao buscar cartografar os elementos da teoria das multiplicidades, a Filosofia é apresentada pelos dois filósofos como a disciplina que deve responder pelos conceitos? Em que a criação ou a reinvenção dos conceitos podem interferir nas práticas epistêmicas das disciplinas envolvidas, em especial, a prática do método?

A primeira coisa que se tem a dizer sobre os conceitos é que não há importância nenhuma em saber onde, como ou quando eles foram criados. O que importa é saber se eles inquietam ou geram perigo, isto é, se eles instalam intimidades e animosidades nas relações humanas, a ponto de impulsionar a filosofia a exercer, por meio de seus "personagens conceituais", o papel de instabilizar tanto o pensamento quanto as entidades com as quais ele se relaciona: Marx revisitando o conceito de riqueza de Adam Smith e David Ricardo; Freud dando à personagem mítica de Édipo a amplitude conceitual da sexualidade (Idem, 1992, p.13).

Criados ou reinventados, os conceitos precisam trazer em si a potência de auxiliar os humanos a transformarem a realidade. E o papel do filósofo não é o de fazê-los reluzir, mas, após criá-los, persuadir homens e mulheres a utilizá-los (Nietzsche, Marx) ou a atingi-los (Platão). O grande risco que os conceitos correm é o de perder sua novidade instável, ao serem estratificados e transformados em sistema de rebatimentos e de reduções: o conceito de riqueza alienado pelas forças capitalistas; o conceito de desejo (sexualidade) reduzido ao segredo familiar da sociedade patriarcal, com o aval da psicanálise. O que a filosofia faz é buscar desvencilhar os conceitos das forças estratificantes encontradas em todos os domínios – nas ciências, nas práticas, nas artes e até mesmo na vida.

No entanto, esta instabilidade dos conceitos causa nos imediatistas a ideia de serem falsos conceitos. Mas, no plano cartográfico, é exatamente isso que os permite agitar a história do conhecimento, renovando-a. É também por essa capacidade de (auto)renovação que eles vagueiam por entre as disciplinas, as tradições e os modismos contemporâneos. Evidentemente, essa errância pode conduzi-los ao plano mais superficial do domínio de seus manipuladores – a "forma mercantil do conceito" (DELEUZE; GUATTARI, 1992, p. 19); ou pode fazê-los atingir outras perspectivas com uma novidade capaz de transformar a própria realidade. Nesse sentido, é impossível não reconhecer a ação de certos cartógrafos que seguem, literalmente, o conselho de Foucault (1995; 1996): é preciso

abrir as palavras. É essa capacidade de fazer os conceitos implodirem que lhes garante se autorrenovar e renovar a realidade.

Com isso chegamos a outra característica importante do conceito: todo conceito é uma multiplicidade. Ele assim se revela quando permite ser cortado, articulado e superposto, não comungando da unidade nem da pretensa universalidade filosóficas. O conceito é, no mínimo, figuração de dois componentes – o campo de experiência e o problema posto pelo sujeito. Acontece que nenhum desses componentes constitui-se de forma monolítica. Por meio de suas histórias, eles expressam pedaços conceituais "[...] que respondiam a outros problemas e supunham outros planos [...]" (Idem, 1992, p. 31).

No fundo, tanto o campo de experiência quanto o sujeito problematizador passam por desterritorializações e reterritorializações. Esses deslocamentos, essas linhas de fuga vivenciadas pelos sujeitos e por suas respectivas geografias sempre devem fazer parte da composição dos conceitos, como forma de impulsioná-los a outras bifurcações. Pois um conceito nunca figura solitário em um plano: por exemplo, não é possível pensar a extensão sem pensar outros conceitos que lhe são relativos; não é possível nem mesmo pensar o *Eu* sem se remeter a *Outrem*. A distinção que os identifica é a mesma que exige a juntura necessária para a sua consistência. Assim, os conceitos vivenciam o paradoxo de uma autonomia inseparável, sem o qual eles não podem estabelecer conexões. "O conceito é, portanto, ao mesmo tempo absoluto e relativo [...]", afirmam Deleuze e Guattari (1992, p. 33-34): "[...] relativo a seus próprios componentes, aos outros conceitos, ao plano a partir do qual se delimita, aos problemas que se supõe deva resolver, mas absoluto pela condensação que opera, pelo lugar que ocupa sobre o plano, pelas condições que impõe ao problema".

Enfim, as pontes-encruzilhadas que ligam os conceitos, que, por sua vez, promovem o trânsito da história, asseguram os devires e fazem suscitar acontecimentos, além de respondem pelo posicionamento dos sujeitos em relação aos problemas levantados. Sem a fluidez das encruzilhadas e sem os deslocamentos conceituais os acontecimentos não se abrem a novos horizontes; não havendo, portanto, a mobilidade que permite a geração de novos planos de imanência. Os filósofos produtores de conceitos nos ensinam que é sempre preciso inserir novos componentes em meio àqueles já existentes nos campos conceituais para que o conceito se transforme em *um outro*, obrigando também a mudança dos pressupostos que lhes concernem. Somente dessa maneira novos planos são traçados (DELEUZE, 1991).

Ora, é exatamente esse processo de deslocamento; esse movimento fluído e transformador que configura o método cartográfico nos domínios da Filosofia. Por seu intermédio, os traços devem fazer surgir novas materialidades, assim como o pensamento deve ganhar novas imagens. Portanto, através de outras possibilidades de pensamentos, o método permite traçar configurações do ser como novos campos fenomênicos. Essas outras tantas vias do pensamento traçadas por novos cartógrafos podem

se chocar com muitas antigas, podem a elas se fundir ou podem simplesmente implodi-las, gerando desvios e desterritorializações filosóficas. Assim, ao refletirem sobre os procedimentos dos cartógrafos/filósofos, sobre suas produções conceituais e as criações de novos planos de imanência, Deleuze e Guattari (1992, p. 51-73) desvelam, em um só tempo, no campo da Filosofia, a (in)solidez da verdade e os furos do *cogito* como fundamento:

> Nenhuma imagem do pensamento pode contentar-se em selecionar determinações calma, e todas encontram algo de abominável de direito, seja o erro no qual o pensamento não cessa de cair, seja a ilusão na qual não cessa de girar, seja a burrice na qual não cessa de se afundar, seja o delírio no qual não cessa de se desviar de si mesmo ou de um deus.

3 INTERSECÇÕES DA PRÁTICA DE PESQUISA

Após transitar pelas práticas cartográficas indisciplinares, faremos certas interseções, apoiando-nos na noção de relação com o saber de Bernard Charlot (2005, p. 45), que é "[...] uma relação com o mundo, com o outro e consigo mesmo de um sujeito confrontado com a necessidade de aprender". Charlot soma-se aos/as demais pesquisadores/as que se voltam para essa forma de pesquisa. Ou seja, que partem do assentimento de que há uma pluralidade de saberes nem sempre reconhecidos pelas instituições de ensino oficiais como válidos, mas que são extremamente relevantes no mundo moderno, pois são capazes de garantir a existência de homens e de mulheres que se encontram excluídos/as, ofuscados/as e até mesmo impedidos/as de exercerem seus papéis de agentes sociais nos territórios que habitam. Por outro lado, eles/elas também percebem que uma ação voltada para o reconhecimento de tais saberes e práticas, visando evidenciá-los e aproximá-los do saber acadêmico, pode gerar um processo de inclusão e de transformação do meio e dos indivíduos envolvidos.

A pesquisa que buscou investigar essa interrelação traz o título de "Cartografias da deriva epistêmica: uma análise da produção e difusão do conhecimento da comunidade epistêmica do PPGDC com viabilidade de inclusão social"[4]. Trata-se de uma pesquisa sobre pesquisas que colocam a interrelação de saberes como seu foco principal e que, de alguma forma, evidenciam tecnologias sociais nascidas ou reaplicadas a partir dessa interrelação. Ao visitar dez teses defendidas no Programa com esse perfil, ela desvelou singularidades dos mundos prático-teóricos nascidas na relação das comunidades.

Figuradas como platôs que desterritorializam o espaço estratificado do conhecimento ortodoxo, as teses revelam intensidades de ser, agir e produzir, isto é, de um *saberfazer* gerado por coletivos humanos em sua relação com o mundo da vida.

[4] - Cartografias da deriva epistêmica: Uma análise da produção e difusão do conhecimento da comunidade epistêmica do DMMDC com viabilidade de inclusão social. Tese defendida por José Roberto Silva de Oliveira, orientada por Suely Aldir Messeder, UFBA, 2021.

Fundamentamos o termo "saberfazer" nas concepções de Maturana e Varela (2001) e de Merleau-Ponty (2018) de que a existência não pode ser concebida separada do agir e do conhecer. Neste sentido, a constituição humana é pensada como um *acontecimento* resultante de uma ação que se manifesta por meio de três intensidades indissociáveis – agir/conhecer/ser –, efetivada a partir da relação do ser vivente com o mundo. Trata-se de um ato tão primordial de sua constituição que antecipa a própria produção da consciência como ato reflexivo, a ponto de o humano ou de seu agrupamento não se diferenciarem dos outros seres viventes, no seu estar no mundo e no seu ato originário de produzir conhecimento.

Em princípio, os agrupamentos humanos definidos no mundo acadêmico como "comunidades de prática" trazem formas tão singulares de estar no mundo, que geram certa autonomia em relação às sociedades estratificadas, definidas como as detentoras das formas simbólicas responsáveis pelo conhecimento e pelas práticas hegemônicas. Não fossem as relações de produção que as aproxima e certos elementos intermediários que as conectam, tais como o capital, as leis formais do conhecimento, da circulação de bens (economia) e das práticas sociais (política), esses dois tipos de comunidade manteriam suas existências independentes e desobrigadas dos efeitos que eles geram – o processo de dominação, a invisibilidade e a desigualdade sociais. A valorização da interlocução de saberes é, em última instância, uma tentativa de recuperar a autonomia das comunidades envolvidas e a visibilidade dos referenciais produzidos pelos grupos periféricos como materialização de seu *domínio cognitivo*.

Conseguiu-se detectar que a diversidade de espaços regionais e de conteúdos transmitidos pelas teses, ao invés de confirmar a descontinuidade adotada como a principal característica do conhecimento ocidental na modernidade, intensifica ainda mais o elemento que garante suas intersecções – o saberfazer como "[...] uma efetividade operacional do domínio de existência do ser vivo" (MATURNA; VARELA, 2001, p. 35). Mas, o caráter intensivo dessa efetividade operacional só se manifesta quando o indivíduo ou a comunidade de indivíduos põe em ação o seu domínio cognitivo.

A noção de "domínio cognitivo" indica que, enquanto sistema vivo, o ser humano constitui-se de um modo operacional que o capacita a agir no mundo; a gerar explicações sobre o mundo, sobre si e sobre suas interrelações. Esse modo operacional representa sua cognição. Esta, por sua vez, atuando como agente das coordenações das ações (relação com o mundo) e das relações interpessoais, gera aquilo que alguns analistas da cognição nomeiam por "conhecimento" (POLANYI, 1958, 1966; MATURANA, 2014)

É esse domínio cognitivo que assegura as possibilidades de relação do mundo prático com o mundo teórico. Ora, porque nos encontramos constantemente entre essas duas dimensões, construímos comunidades epistêmicas, cuja condição de existência é a validação das ações prático-teóricas volitiva, operacional, explicativa e estética, como espaços multirreferenciais. Com isso, conseguimos perceber que as teses, por meio de novas descrições dos fenômenos sociais, abriram formas espaciais que

possibilitam novas interações recorrentes, geradoras de outros modos de subjetivações singulares (GUATTARI; ROLNIK, 1996).

Além disso, as teses evidenciam as interrelações de saberes agenciadas pelas comunidades de prática e pelos/as pesquisadores/as do Programa, lançando-se como linhas de fuga, que percorrem várias disciplinas e saberes, geram novas conexões e transmitem certa estabilização intensiva marcada pelo desejo da sobrevivência; o mesmo desejo que faz um platô brotar no entorno dos estratos territoriais.

O outro elemento de evidenciação refere-se à percepção das informalidades normativas presentes tanto na memória coletiva dos grupos excluídos, quanto em seus atos simbólicos, que trazem à tona marcas da ancestralidade, traços de seus embates com o mundo da vida e formas criativas de driblar a legalidade formativa imposta pela sociedade hegemônica (FOUCUALT, 1996; 1998), mas que não se configura em e tampouco assegura as relações sociais justas e equânimes. Esses traços indiciam formas alternativas (singularizações) dos grupos excluídos viabilizarem suas relações de produção – política, econômica, social e cultural – mesmo quando lhes é negada sua participação na forma de produção maquínica de subjetividade supramencionada.

Vários tipos de vestígios clandestinos, mas vitais, foram evidenciados pelas dez pesquisas analisadas, contribuindo para a produção de uma cartografia que demarca os elementos simbólicos de percepção dos rizomas (espaços periféricos) e dos territórios (espaços hegemônicos) visitados, mas que ainda não traz a nitidez desses elementos. Talvez, além de esboçar esses vestígios clandestinos dos domínios cognitivos operacionais, a única realidade que nossa cartografia revela é a tácita percepção de que a existência dos viventes não pode ser concebida separada do conhecer e do agir.

4 CONSIDERAÇÕES GERAIS

Nesse artigo, buscamos refletir sobre a utilização do método cartográfico pelas seguintes áreas: a Cartografia Crítica, a Psicologia, a Sociologia e a Filosofia. Detectamos que elas se utilizam do método cartográfico como um ato indisciplinar, isto é, como uma maneira de se desvencilhar dos padrões hegemônicos estabelecidos pelos sistemas de conhecimento e pelos sistemas sociopolíticos.

Tal iniciativa revelou que as referidas disciplinas ressaltam os seguintes pontos de divergência: a tentativa de distanciamento dos espaços homogêneos, em detrimento da manifestação dos domínios periféricos e das emergências clandestinas de seu mapeamento (cartografia crítica); a denúncia de uma produção maquínica de indivíduos e de subjetividades como forma de manutenção do sistema molar capitalista e a luta por formas de produção de subjetivações moleculares, que sustentam e dão lugar aos agenciamento moleculares (psicologia); o diagnóstico do dilema social moderno, marcado, ao mesmo tempo, pela exclusividade das leis impostas pelos poderes hegemônicos, e pelas informalidades legais que se mostram como indícios de tradições sufocadas pelos interesses dominantes (sociologia);

por fim, revelou-se também a recusa dos territórios estratificados do conhecimento fundamentados por conceitos sólidos e por pensamentos enraizados, abrindo-se para deslocamentos e devires capazes de desterritorializar o pensamento em todas as suas formas (filosofia).

Também realizamos intersecções da nossa pesquisa com os referidos resultados, visando atingir derivas epistêmicas que se revelam como rizomas, como agenciamentos humanos capazes de responder, de forma criativa, aos desafios do mundo da vida e às hegemonias dos poderes dominantes. Desta maneira, buscamos ressaltar alguns conceitos que podem garantir mais as mediações intensivas dos agenciamentos moleculares que o fundamento de suas bases. Dentre aqueles que foram trabalhados pela pesquisa, destacamos os conceitos de *saberfazer* e de *domínio cognitivo*, pois ambos contribuem para que os agenciamentos coletivos consigam responder aos desafios da vida ou das relações sociais de forma criativa e produtiva, gerando, no plano das ações, novos acontecimentos, isto é, novas perspectivas para a história das relações de produção.

Assim, quando as intensidades, os deslocamentos e as singularidades, assumem o processo de produção de singularizações individuais ou coletivas nas áreas do conhecimento, estas geram outros comportamentos epistêmico-práticos, recusando as normas disciplinares estabelecidas e movendo-se em direção a novas perspectivas indisciplinares.

REFERÊNCIAS

CRAMPTON. Jeremy W. “The Political Mapping of Cyberspace”. *Annals of the Association of American Geographers*. v. 96. Chicago: University of Chicago, 2003. Vii and 214 pp., 2006.

____. “Thinking Philosophically in Cartography: Toward A Critical Politics of Mapping”. *Cartographic Perspectives*. Disponível em: https://doi.org/10.14714/CP41.561. Acesso em: 20 outubro de 2020.

CHARLOT, Bernard. Relação com o saber, formação dos professores e globalização: questões para a educação hoje. Porto Alegre: Artmed, 2005.

CRAMPTON. Jeremy W.; KRYGIER, John. “Uma Introdução à Cartografia Crítica” trad. Carolina A. de Souza. *Cartografias sociais e território*. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ. 2008.

DELEUZE, Gilles. *Conversações* 1972 – 1990. Trad. Peter Pál Pelbart. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.
____. *Foucault*. Trad. Cláudia Sant’Anna Martins. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

____. *Différence et répétition*. 12e édition. Paris: Presses Universitaires de France, 2011.

____; GUATTARI, Félix. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia 2*. Trad. Ana. L. Oliveira, Aurélio G. Neto e Célia P. Costa. 2ª ed. São Paulo: Editora 34, 2011.

____. *O que é filosofia*. Trad. Bento Prado Jr e Alberto A. Muñoz. 2ª ed. São Paulo: Editora 34, 1992.

FONSECA, Tania Mara Galli; KIRST, Patrícia Gomes (org.). *Cartografias e Devires: a construção do presente*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

FREITAS, Regina H. de (org.). *História da psicologia: pesquisa, formação, ensino*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.

FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. Trad. Salma Tannus Muchail. 7ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

_____. *A ordem do discurso*. Trad. Laura Fraga Sampaio. 2ª ed. São Paulo: Loyola, 1996.

_____. *Vigiar e punir*. 17ª ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

GREENBERG. JAY, R.; MITCHELL. Stephen A. *Object relations in psychoanalytic theory*. Cambridge: Harvard University Press. 1983.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. *Micropolítica: cartografias do desejo*. 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

HARLEY, John B.; ZANDVLIET, Kees. “Art, Science and Power in sixteenth-century Dutch Cartography”. *Cartographica*. V. 29. 1990a. p. 10-19.

MATURANA, Humberto. *Cognição, ciência e vida cotidiana*. Trad. Cristina Magro e Victor Parede. 2ª ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

____. *Ontologia da realidade*. Trad. Cistina Magro, Miriam Graciano, Nelson Vaz. 2ª ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014a.

____; VARELA, Francisco J. *A árvore do conhecimento: as bases biológicas da compreensão humana*. Trad. Humberto Mariotti, Lia Diskin. 11ª ed. São Paulo: Palas Athenas, 2001.

MERLEAU-PONTY, Maurice. *Fenomenologia da Percepção*. Trad. Carlos A. R de Moura. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

OLSSON, G. "Glimpses". In GOULD, P.; PITTS, F.R. (eds). *Geographical Voices: Fourteen autobiolgraphical essays*. Syracuse: Syracyse University Press. 2002.

PERKINS, Chris. "Cartography – cultures of mapping: Power in practice". *Progress in Human Geography*. Vol. 28, 381-91, 2004. Discponível em: https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1191/0309132504ph504pr Acesso em: 16 de agosto de 2020.

ROLNIK, Suely. *Cartografia Sentimental: transformações contemporâneas do desejo*. 2ª edição. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2016

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SCHULTZ, Duane P.; SCHULTZ, Sydney E. *A History of Modern Psycology*. 11th ed. Boston: Cengage Learning, 2015.

WOOD, Denis; KRYGIER, John. "Cartography: Critical Cartography". Disponível em: https://www.academia.edu/43452880/Critical_Cartography Acesso em 16 de agosto de 2020.

____; FELS, John. *The Power of Maps*. The Guilford Press. New York: 1992.